



DIÁRIO DE NOTÍCIAS	COMÉRCIO DO PORTO	22 MAI 1980
PORTUGAL HOJE	DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ	DIÁRIO DE LISBOA	
DIA	CAPITAL	
DIÁRIO	TARDE	
A TRIBUNA		
PRIMEIRO DE JANEIRO		
JORNAL DE NOTÍCIAS		

AFIRMA LURDES PINTASILGO

EANES PODE DERROTAR CANDIDATO DA DIREITA

«O meu candidato é o general Ramalho Eanes» e «com toda a segurança posso dizer que não serei candidata enquanto esteja presente a candidatura de Ramalho Eanes» — afirma a ex-primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo, em entrevista publicada ontem pelo diário comunista «Mundo Obrero», de Madrid.

Sobre o general Soares Carneiro diz que «a única coisa que posso afirmar é que, quando os militares realizaram o 25 de Abril, Soares Carneiro não apareceu por nenhuma parte. A minha profunda impressão, sendo muito sincera, é que não tem nada a ver com o regime criado naquela data, mas sim com o anterior».

Maria de Lurdes Pintasilgo critica fortemente a «direita que utilizou e evidentemente utiliza todos os meios possíveis, lícitos ou não, para conseguir seus fins. Utiliza a mentira, manipula a verdade».

Sobre as relações entre a direita e o Presidente da República, afirma que «o enfrentamento já é muito grave e previsivelmente aumentará. Estamos observando na maioria parlamentar, em relação ao chefe de Estado, comportamentos que é difícil encontrar noutras democracias europeias».

Diz, no entanto, «que o bloco de eleitores do general Eanes, que espero seja candidato, se transformará num sector homogéneo e forte, com possibilidades de derrotar o candidato da di-

reita, general Soares Carneiro».

Em relação à proibição de transmissão de uma entrevista pela TV, Maria de Lurdes Pintasilgo declara que «a censura existe, é muito forte. É uma censura mais grave do que a existente antes do 25 de Abril».

Acrescenta que «a censura que hoje temos em Portugal apresenta-se subtil e perigosa. Apoia-se nos órgãos criados pelas leis que

deveriam permitir a liberdade de expressão. Potencia-se a caça das bruxas dentro dos órgãos de comunicação. A repressão é enorme e lembra-me os governos fortemente autoritários do passado».

O objectivo é condicionar a opinião pública sobre a base de uma só opção política. É muito grave.

Quanto às relações entre a AD e a UCD, afirma que «houve um

apoio nas passadas eleições, depois (...) depois creio que nenhum dos comportamentos da AD são equiparáveis aos da UCD espanhola. Creio que não há nenhuma correspondência entre AD e o partido governamental espanhol. O actual governo da AD é uma força que tenta levar-nos ao passado e não uma força conservadora de direitos, no sentido europeu do termo».



PSD: «INQUALIFICÁVEL» A DECISÃO DO CR

Como ontem naticíamos, o Conselho da Revolução declarou, na terça-feira, inconstitucional a terceira proposta governamental de delimitação dos sectores público e privado.

Segundo uma fonte oficial, uma maioria significativa do CR votou contra o parecer da Comissão Constitucional, que considerava constitucional a referida proposta.

O CR votou a inconstitucionalidade da proposta governamental fundamentalmente porque ela permite a abertura à iniciativa privada do sector bancário, de acordo com outras fontes.

O CR considerou ainda inconstitucional um diploma so-

bre ciganos, o qual, segundo a mesma fonte, os segregava na sociedade.

Os conselheiros decidiram, por outro lado, adiar a votação do parecer da Comissão Constitucional sobre a administração do porto de Sines e a aprovação de um acordo entre o Governo português e uma estrutura da OTAN.

O Governo deverá abordar hoje a situação decorrente da declaração de inconstitucionalidade da terceira versão de delimitação dos sectores público e privado.

Entretanto, acerca da decisão do CR, a Comissão Política Nacional do PSD emitiu

ontem de manhã o seguinte comunicado:

«O Conselho da Revolução vetou a lei de delimitação entre os sectores público e privado, cuja legalidade tinha sido aceite pela Comissão Constitucional».

Vetou, pois, essa lei não por razões jurídicas, mas por razões políticas.

A maioria do CR não se comportou como órgão de soberania destinado a fiscalizar a constitucionalidade das leis, mas antes como órgão de obstrução à acção do Governo. A maioria do CR está, pois, a impedir que o VI Governo governe.

Não está interessada em ajudar a reconstruir o nosso País, mas antes em proteger a oposição.

A maioria do CR actuou neste caso como um prolongamento do PS e do PC e não como um órgão de soberania.

Temos afirmado que a maioria do CR em vez de promover o equilíbrio entre órgãos de soberania, apenas cria conflitos entre eles.

Razão tem o dr. Alvaro Cunhal quando ontem (anteontem) na RTP dizia não ser pelo voto do Partido Comunista que o CR acabaria.

É que algumas decisões daquele órgão estão mais na linha de actuação daquele partido e menos de acordo com a perspectiva nacional.

A maioria do CR desprestigiou ainda mais esse órgão.

Já não esperávamos muito. Mas fazer tão claramente o jogo do PC, pensamos ser demais.

A Comissão Política Nacional do PSD tem denunciado a acção nefasta desse órgão e as dificuldades que ele está permanentemente a criar à governação séria do nosso País.

Mas não nos deixaremos perturbar por essas decisões desestabilizadoras e inqualificáveis.

Continuaremos sem desalecinnos, empenhados nessa acção de reconstruir o País.

Mesmo com o CR a actuar contra nós».

CDS PROTESTA

Também o CDS protestou ontem contra a rejeição pelo Conselho da Revolução do terceiro decreto de delimitação dos sectores público e privado da economia que lhe foi enviado pelo governo.

Num comunicado, o CDS critica aquela atitude «assumida pela ala melo-antunista do CR e caucionada pelo Presidente da República».

CNEP CRITICA CR

O CNEP divulgou, por seu turno, a seguinte nota:

«O Conselho Nacional das Empresas Portuguesas, que integra a CAP, a CIP e a CCP, tomou conhecimento, desta vez sem surpresa, da decisão do Conselho da Revolução de considerar inconstitucional o projecto de lei dos sectores, pela terceira vez apresentado pelo governo, seguido de parecer favorável da Comissão Constitucional».

Perante esta tomada de posição do Conselho da Revolução, em consonância com o discurso do seu presidente e Presidente da República, na FIL, o CNEP não pode deixar de denunciar, a opinião pública nacional e internacional, a atitude dos que, interna e externamente, afirmam serem favoráveis à iniciativa privada, ao progresso do país, e à sua integração na CEE, mas na prática procedem como se o país devesse ser asfixiado pela interposição estática da Constituição.

GOVERNO NÃO APRESENTA NOVA PROPOSTA

O governo não apresentará a quarta versão da proposta de lei de delimitação dos sectores público e privado.

O ministro Pinto Balsemão disse ontem à RTP que o governo considera que as razões do Conselho da Revolução para a rejeição das propostas são de ordem política.

Afirmou, todavia, que do ponto de vista do Executivo não haverá alteração das relações entre os dois órgãos de soberania.